



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Nº 9

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA, EFFECTUADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 1999

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove reuniu, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- 1. Informação do Presidente da C.M.É.**
- 2. Plano de Actividades e Orçamento para 2000**
- 3. Abono de despesas de representação ao pessoal dirigente**
- 4. Alteração a parte do teor do ponto 3.3.5. do P.U.É. (Educação)**
- 5. Regulamento(Provisório) do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Évora**

Esteve presente o membro da Mesa:

Presidente - José Ferreira Nunes Bizarro

Constatada as ausências dos **1º e 2º Secretários**, Senhores Diamantino José Dias e António Joaquim G. R. Serrenho, respectivamente, o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Bernardino José Grilo da Silva e à Sra. D. Maria da Conceição Sarmento Couvinha para completarem a Mesa.

Feita a chamada verificaram-se mais as seguintes presenças: Lino de Carvalho, José Simão, Acácio Alferes, José Russo, Celino Silva, Nuno Monteiro, Carlos Percheiro, Silvino Alhinho, Luís Bettencourt, Carmen Balesteros, Fernando Casqueiro, Maria do Céu Costa, José Serra, Francisco Rato, António Foito, Estevão Bicho, Isidro Lobo, Francisco Estevão, José Piteira, João Valverde, Joaquim Trolhas, Manuel Rico e Maria Gabriela Silva.

Faltaram os(as) Senhores(as): José Zorrinho, José Cardoso, Maria do Céu Ramos, Manuel Patrício, Ricardo Rita, Margarida Félix, Maria Helena Silva, Carlos Cunha, Jerónimo Mendes, João Ricardo, Miguel Chumbo e João Rodrigues.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Abílio Dias Fernandes, e pelo Vereador Jorge Pinto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Aberta a sessão, o Sr. Presidente começou por dar conhecimento de todo o expediente que deu entrada no Secretariado da A. M. desde a última reunião ordinária, tendo lido integralmente o ofício nº 0117 MAIL/99, de 20 de Dezembro, originário do Grupo Parlamentar do PCP, trazendo em anexo uma cópia duma intervenção proferida pelo deputado Lino de Carvalho na Assembleia da República, aquando da discussão do debate de urgência requerido pelo referido Partido sobre o PROCOM.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ACTAS

O Sr. Presidente colocou à ponderação do colectivo a acta nº 3 da reunião de 30 de Abril de 1999

O Sr. Acácio Alferes propôs as seguintes alterações:

- Pág. 8 - 21ª linha - substituir as palavras «à normalidade» por «ao consumo»;
- Pág. 9 - 13ª linha - substituir a expressão «habitante» por «mil habitantes».

Não havendo mais modificações a introduzir, o Sr. Presidente pôs o citado documento à votação, o qual foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

Declaração de voto da Sra. D. Maria do Céu Costa: “*Abstive-me visto que não participei nesta reunião e, portanto, não poderia votar a favor*”.

Depois, foi posta à consideração do plenário a acta nº 4 da sessão de 25 de Junho de 1999.

Como nenhum dos eleitos desejou intervir, o Sr. Presidente sujeitou o documento à votação, tendo sido aprovado por maioria, com quatro abstenções.

Declaração de voto do Sr. Carlos Percheiro: “*Abstive-me porque não estive presente*”.

Declaração de voto do Sr. Joaquim Trolhas: “*Abstive-me por ter estado ausente nessa Assembleia*”.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Presidente revelou ter chegado à Mesa uma Moção subscrita por 4 eleitos da CDU na qual se cita: “A Assembleia Municipal de Évora, reunida em sessão ordinária no dia 28.12.99, manifesta o seu protesto e denuncia a ausência de pluralismo na Delegação Regional de Évora da RTP, na sua programação e na obrigação de *«assegurar o pluralismo, o rigor e a objectividade de informar, bem como a sua independência perante o Governo, a Administração Pública e os demais poderes públicos»*», previstos no artº 44º da Lei nº 31-A/98, de 14 de Julho, na cobertura de actos cívicos e políticos relevantes promovidos na Região, pelas diferentes forças políticas e instituições”.

Fica este documento apenso à presente acta, dela fazendo parte integrante.

Para justificar o atrás exposto, o Sr. António Foito apresentou os seguintes exemplos:

- O deputado Lino de Carvalho deslocou-se hoje à Siemens para se inteirar da situação que se vive naquela empresa, para cujo acto foram convidados os órgãos de comunicação social, tendo a RTP Regiões, mais uma vez, primado pela ausência;
- Aquando do lançamento da RAE (Rede de Autarquias de Évora), no edifício dos Paços do Concelho, a referida estação limitou-se a mostrar alguns pormenores da iniciativa e a entrevistar um chefe de serviços durante escassos segundos, não tendo ouvido qualquer eleito;
- Houve pessoas que lhe disseram, quando os Reis da Bélgica visitaram a sede da edilidade, que foi feito um grande exercício para que se mostrasse sempre o Sr. Presidente da Câmara de costas.

O Sr. Acácio Alferes, não pretendendo defender a RTP local, fez, contudo, saber que há dias comentava com uns amigos que a supramencionada estava a privilegiar Évora no tempo de antena das suas transmissões regionais, pois que é usual ver-se, com alguma frequência, a mesma a dar cobertura a actividades relacionadas com esta cidade, como aconteceu recentemente com o lançamento da sensibilização para a higiene e a iluminação de Natal. Assim, manifestou não ter factos suficientemente claros para aceitar o teor da Moção, pelo que anunciou que se iria abster na sua votação.

Por sua vez, o Sr. Silvino Alinho expressou que se o documento continha alguns pontos com os quais concordava, havia outros que não poderiam ser levados 100% à letra, tanto mais que acabara de ver o Vereador Jorge Pinto falar na RTP Regiões sobre a construção de 15 pontes por parte da autarquia, para além de o ter visto, há poucos dias, a prestar esclarecimentos acerca do problema da insegurança na urbe.

Neste sentido, noticiou que também se iria abster na votação.

Para reforçar as palavras do Sr. Foito, o Sr. Lino de Carvalho observou que não se tratava de interferir nas decisões editoriais dos jornalistas e dos profissionais da delegação televisiva, mas sim de uma crítica à ausência de pluralismo no que toca às iniciativas de carácter político que se fazem na região, sendo de realçar que, sem prejuízo de desequilíbrios na cobertura de actos autárquicos, a RTP de Évora ignora, por sistema, as actividades partidárias, sobretudo das forças políticas que se opõem ao Governo, argumentando os seus responsáveis que o fazem por não terem, no quadro das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

regiões, agenda política. Face a isto, o Sr. Lino de Carvalho perguntou porque é que as estações da RTP do Algarve, de Lisboa, de Trás-os-Montes, por exemplo, dão relevo a factos políticos e aqui não, coisa que para si só tem uma explicação: “*é porque isto é em função dos interesses de quem governa o país*”.

Não desejando mais alguém pronunciar-se sobre este assunto, o Sr. Presidente colocou a Moção à votação, a qual foi aprovada por maioria, com sete abstenções.

Posto isto, o Sr. Luís Bettencourt quis fazer alusão a 3 aspectos: **Primeiro** - Ao ofício que lhe foi endereçado pelo Hospital do Espírito Santo (nº 16452, de 28.09.99), fruto das diligências levadas a cabo por si e pela Sra. D. Maria Helena Teixeira da Silva junto da respectiva Administração, para se tentar saber o que é que se passava sobre a transferência do Serviço de Medicina Interna para o Hospital do Patrocínio; **Segundo** - Ocorreu uma reunião do Conselho Geral do Hospital do Patrocínio no dia 3 de Dezembro, na qual foram apresentados os objectivos para o ano 2000, fazendo questão de entregar uma cópia do documento no Secretariado da Assembleia para eventuais consultas. Concomitantemente, deixava também 2 folhetos que foram apresentados ao Conselho, relativos a um inquérito produzido pelo Hospital, para avaliar o nível de satisfação dos seus profissionais e dos utentes; **Terceiro** - Depois do acima descrito interrogatório, foi efectuada uma inspecção ao H.E.S., de cujas conclusões foram publicados alguns excertos em jornais semanários, considerando o Dr. Bettencourt que foram feitas afirmações caluniosas e falsas (assumiu isto pessoalmente). Em resultado disto, os serviços emitiram comunicados, demonstrando interesse em enumerar alguns pontos: “*houve a mais incompetência e desleixo, ou apenas má-fé, de quem avalia a competência de outrem*”; “*conclusões enviesadas e tendenciosas, onde 147 médicos são os culpados pelo não funcionamento de uma estrutura de 1143 funcionários*”; “*nesta inspecção, os directores de serviços e o próprio director clínico viram as suas entrevistas pura e simplesmente ignoradas*”; “*Assim, após esta extensa apreciação do relatório da Inspecção de Saúde, muito fica ainda por comentar, e, no entanto, ao lê-lo sentimos tão grande revolta, que nos encontramos divididos quanto ao que fazer. Puramente não responder ? Continuar a fazer o nosso melhor e não dar ouvidos aos que nos caluniam ? Ou então dizer basta e denunciar, como pudermos, a má-fé e a desonestidade de quem com uma caneta, a coberto de uma função que se esperaria idónea e construtiva, destrói o que tanto demora a construir, a confiança dos doentes na estrutura médica sanitária*” (subscreveu este último pormenor).

Face ao explanado, o Sr. Lino de Carvalho perguntou ao orador antecedente se a Administração do Hospital entregou ao Conselho Geral o relatório da Inspecção Geral de Saúde e o resultado da auditoria da Inspecção Geral de Finanças e se, em caso afirmativo, os poderia fazer chegar à Assembleia, uma vez que os órgãos institucionais do país ainda não tinham conhecimento deles.

O Sr. Luís Bettencourt respondeu que o Conselho Geral não tinha conhecimento de ambos os documentos.

Então, o Sr. Lino de Carvalho solicitou ao Dr. L. Bettencourt, enquanto representante da A. M. no Conselho Geral do HES, que pedisse aos respectivos gestores que lhe fornecessem os mencionados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

relatórios, para este Órgão ficar ao corrente dos seguintes problemas: a desarticulação entre o Hospital do Patrocínio e o HES; o desaproveitamento das instalações do H. P. depois da inauguração pré-eleitoral que o PS fez; à desadequação das políticas de saúde para o Alentejo e à necessidade de um outro figurino para as mesmas, etc..

O Sr. Presidente achou pertinente a proposta acabada de ser formulada, prontificando-se a Mesa a diligenciar nesse sentido, caso o Dr. Luís Bettencourt encontrasse dificuldades em obter os respectivos documentos.

O Sr. Luís Bettencourt acrescentou que iria tratar do assunto, não deixando de frisar que as incongruências registadas eliminaram toda a hipótese de discussão das questões levantadas pelo Sr. L. de Carvalho.

Mudando de tema, a Sra. D. Carmen Balesteros solicitou esclarecimentos sobre o seguinte:

- O que é que está previsto fazer-se da rotunda improvisada junto à Central de Camionagem, a qual tem causado sérios danos na circulação automóvel;
- O trânsito na avenida de Lisboa, na medida em que quem se desloca do lado esquerdo rumo às Portas da Lagoa e pretenda desviar-se para a faixa da direita, antes do nó do cruzamento das piscinas, depara com enormes dificuldades, tornando-se esta manobra extraordinariamente perigosa, sobretudo para os forasteiros;
- O acesso para o Bairro de Almeirim, porque a estrada é assaz estreita.

Disponibilizando-se para responder às questões levantadas, o Vereador Jorge Pinto elucidou que, no que toca à 1ª delas, a Câmara está a aguardar que a Junta Autónoma de Estradas faça a pavimentação da avenida de S. Sebastião, por forma a transformar o dito ponto temporário não numa rotunda, mas sim numa «bolacha» de iluminação, para se ter boa visibilidade, não deixando de informar que irão ser construídos passeios junto ao Terminal, de modo a encurtar a largura da via, para obrigar os automobilistas a reduzirem a velocidade.

Acerca da circulação nas Portas de Alconchel, especificou que a situação não é fácil, estando a ser feito um estudo destinado a alterar o trânsito entre a Porta do Raimundo e as Portas da Lagoa, apanhando a zona da Escola Secundária André de Gouveia e da Av. Batalha do Salado, sendo esta a primeira prioridade para o ano 2000.

Quanto ao acesso para o Bairro de Almeirim, clarificou que se está a discutir a aquisição dos terrenos para o futuro Parque de Feiras e Exposições, cujo projecto prevê o alargamento, para o dobro, da estrada em apreço, pondo-se assim cobro à situação.

O Sr. Luís Bettencourt congratulou-se com o término das obras do Jardim dos Socalcos, no Bairro da Malagueira, esperando agora a plantação de flores e a instalação da luz, de modo a permitir a frequência do público.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. José Simão reiterou as preocupações manifestadas pela Sra. D. Carmen Balesteros relativamente à circulação automóvel na cidade e alertou para a necessidade de se implementarem medidas estruturais que resolvam o problema.

Paralelamente, inquiriu ao Executivo qual a data prevista para a inauguração do novo circuito de manutenção, cujas obras já se arrastam há muito tempo, para além de ter abordado a demora no arranjo da rotunda dos bombeiros.

O Sr. António Foito revelou ter hoje acompanhado o deputado Lino de Carvalho na visita à fábrica da Siemens, tendo lá saído com muitas incertezas, pois não se sabe se a unidade pertence à Tyco ou se é propriedade da atrás referida, havendo a registar que existe uma lista de 120 trabalhadores para serem despedidos e, ao mesmo tempo, estão a admitir novos que vão auferir salários mais baixos e com contratos precários, pelo que propôs a reactivação do grupo de trabalho correspondente, com vista a promover contactos com as estruturas dos funcionários, com a Administração e com o Sr. Ministro da tutela.

O Vereador Jorge Pinto fez questão de responder aos assuntos acabados de serem colocados, começando por aflorar o do Jardim dos Socalcos, dizendo que a iluminação já lá está, as pessoas vão por lá aparecendo e as plantas estão encomendadas.

Já que estava a falar na zona da Malagueira, adiantou que existe um grande plano para a mesma, estando programado, a seguir à intervenção no Jardim dos Socalcos, a conclusão do circuito de manutenção, naquilo que é a responsabilidade da Câmara, pois que os balneários estão a cargo de uma cooperativa de habitação (respondeu desta maneira à parte final da alocução do Sr. J. Simão).

Sobre a rotunda dos Bombeiros, explicitou que o atraso verificado nos trabalhos (2 semanas) teve origem na não ligação de um cabo eléctrico por parte da EDP.

A este propósito, o Sr. Presidente informou que perto da sua residência está um candeeiro fundido há, seguramente, 3 meses.

O Sr. Silvino Alinho deu a conhecer ter sido posto na sua caixa de correio um comunicado, assinado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tourega, que chama a atenção para a perigosidade da construção dum aterro sanitário próximo de bairro periféricos da cidade, tendo solicitado à Administração Municipal e ao Sr. João Valverde que esclarecessem a situação.

O Sr. Estevão Bicho, abordando também o tema da Siemens, opinou que o que se está a passar com os respectivos trabalhadores é um autêntico leilão, porque estão a ser frequentemente chamados para lhes oferecerem dinheiro, a fim de rescindirem os contratos, e aqueles que não aceitam, passado algum tempo, são aliciados com propostas mais altas até a empresa conseguir os seus objectivos, ou seja, livrar-se dos funcionários efectivos para admitir jovens com remunerações mais baixas e em situação precária. Assim, corroborou a ideia de se reactivar o grupo de trabalho, de molde a apurar-se o que está a suceder na realidade.

Mudando de assunto, transmitiu que a Junta de Freguesia de Canaviais está bastante preocupada com a suspensão da pavimentação da rua da Paz, para mais sendo ela uma das artérias com maior movimento dentro do bairro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Simultaneamente, exprimiu que a rua 4 de Outubro, depois de ter sido asfaltada recentemente, foi objecto de alguns trabalhos por parte da Telecom e de substituição do escoamento de águas a céu aberto pelo escoamento subterrâneo, numa parte da via, cujos arranjos não foram acabados.

Para ambos os casos pediu à Vereação que intervisse no sentido de os solucionar.

O Sr. Presidente pôs a proposta do Sr. Foito à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

Ao mesmo tempo solicitou àquele eleito que recordasse a composição do grupo de trabalho.

O Sr. António Foito divulgou: Silvino Alinho, João Ricardo, Maria Gabriela Silva, ele próprio e os membros da Mesa.

Tendo em conta a questão posta pelo Sr. S. Alinho, o Vereador Jorge Pinto salientou que o aterro sanitário local está instalado a sul da cidade, a pouco mais de 1 quilómetro do bairro de Almeirim, o qual se esgotará num prazo máximo de 2 anos, não tendo havido nunca qualquer tipo de reclamação por parte da população, por ele se situar tão próximo da urbe.

Posteriormente declarou que eram falsos todos os alarmes insertos no comunicado emitido pela Junta de Freguesia da Tourega e realçou que o concelho de Évora gera, por si só, 45% de todos os lixos do distrito, não se podendo esquecer que um dos factores mais caros na deslocação de resíduos é o seu transporte, pelo que tudo o que fosse localizar um aterro num outro ponto qualquer que não nesta cidade seria um perfeito disparate.

Mais á frente revelou que, durante mais de 1 ano, a Associação de Municípios do Distrito de Évora realizou imensos estudos visando a fixação do futuro aterro, tendo sido encontradas várias hipóteses, até que se chegou a uma pré-solução de 4 sítios possíveis, todos eles situados a sul de Évora, a uma distância significativamente maior do perímetro urbano daquela que hoje existe, os quais foram indicados à Direcção Regional do Ambiente do Alentejo, que, no âmbito das suas competências, escolheu aquele que considerou melhor, no que diz respeito aos seus efeitos negativos, sendo de sublinhar que este concelho produz quase 90 toneladas de lixo por dia.

A seguir fez notar que a A.M.D.É. efectuou uma discussão pública desta matéria e que numa reunião ocorrida com a J. F. da Tourega a mesma veio a lume, tendo o Sr. João Valverde dito que iria aproveitar a ocasião para fazer um grande alarmismo contra o ambiente, porque essa seria a maneira de tentar pressionar a edilidade a efectuar investimentos na sua Freguesia.

Para finalizar e respondendo aos aspectos focados pelo Sr. E. Bicho, adiantou que a execução do Plano de Actividades para o corrente ano estava atrasada cerca de 2 meses e que a partir da 2ª quinzena de Janeiro os serviços do Município irão realizar um conjunto de obras na Freguesia de Canaviais, ininterruptamente, durante um período entre 4 e 6 meses.

Ainda sobre a rotunda dos Bombeiros, o Sr. Acácio Alferes disse que não se devia estar sempre a imputar a culpa aos outros, tendo assegurado perante o plenário que os transtornos causados sobretudo aos moradores da avenida D. Leonor Fernandes, foram ampliados no tempo, clara e objectivamente, por falta de um controlo eficaz do andamento da obra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Já que estava no uso da palavra, frisou que o Vereador J. Pinto tinha todo o direito, como eleito da CMÉ, de tomar as posições que entendesse face às atitudes do Sr. Presidente da J. F. de N^a Sra. da Tourega, só que aqui na A. M. não podia utilizar, sistematicamente, juízos de valor perjurativos em relação aos seus membros, cujos gestos extravasavam as suas competências.

Retorquindo também ao apontamento do Vereador J. Pinto, o Sr. João Valverde proclamou que não achava justo difamarem-se e ofenderem-se as pessoas, sendo mais correcto avaliar-se o ponto de vista de cada individualidade e analisar-se em profundidade qual o melhor sítio para se instalar o aterro.

Paralelamente, manifestou ser incapaz de usar argumentos para pressionar a Câmara a efectuar qualquer coisa na sua Freguesia e que se usasse essa política, fazia-o perante muitos problemas que afectam a mesma.

Em reunião havida na Assembleia de Freguesia, chegou-se à conclusão que o espaço previsto para o aterro era mau, porque os ventos estão quase sempre do lado poente, fazendo deslocar os maus cheiros para a cidade ou para a estrada, já para não falar nas dezenas de carros que irão fazer as descargas diariamente, o que também perturbará a Freguesia em apreço, acrescentou a dado passo.

No modo de ver do Sr. Valverde, isto também irá prejudicar a expansão da cidade para aquela zona.

Para terminar clarificou que a Junta não se limitou a criticar, mas também a apresentar soluções, considerando melhor localização, para o efeito, a pedreira junto ao Monte das Flores, na herdade da Moita, ou em Vale de Moura.

Abordando também este tema, o Sr. António Foito divulgou que quando foi vereador teve a seu cargo o sector da higiene e limpeza, tendo sido muito «chateado» pelos residentes do bairro de Almeirim, que chegaram a assistir às reuniões de câmara por causa da lixeira lá existente.

Depois da construção do actual aterro tudo isso foi ultrapassado, dado que o lixo é seleccionado e compactado diariamente, não prejudicando as populações.

Logo após, advogou que o que o Sr. Valverde estava a fazer não era outra coisa senão política, tendo lido alguns pontos do comunicado elaborado por aquele autarca para justificar o seu pensamento: *“o aterro vai perturbar os bairros de S.to Antonico, da Peramanca,, da Barraca de Pau, das Espadas, da Casinha, da Torregela, da Malagueira, da Cruz da Picada, do Escurinho, para além da própria cidade”*; *“os ventos estão quase sempre do lado norte, atirando os maus cheiros para cima da cidade”*.

“Para mais há a registar que o Sr. Valverde não se pronuncia sobre os problemas existentes na Freguesia de N.^a Sra. da Tourega como, por exemplo, as pedreiras próximas da urbe, cujos rebentamentos se ouvem a enorme distância e provocam o abaixamento do nível friático das águas”, sustentou.

A seguir participou conhecer bem a herdade da Alfarrobeira (superfície escolhida para a edificação do aterro), uma vez que o seu pai trabalhou na estrada de Alcáçovas, como cantoneiro, e como o acompanhava, ia brincar e até dormir para a mesma, nunca a tendo visto lavrada, sendo, no seu entender, um terreno adequado para o efeito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Para fechar, opinou que o Sr. Valverde estava a intrometer-se na área doutras freguesias, ou seja, a distribuir comunicados fora da zona de jurisdição da Freguesia de N.^a Sra. da Tourega, comportamento esse que apelidou de muito mau.

Contrapondo ao depoimento do Sr. Foito, o Sr. João Valverde elucidou que tanto a Junta como ele próprio não eram contra a instalação do aterro, simplesmente não concordavam com o sítio escolhido para o dito, existindo, porventura, outros locais mais apropriados para o fim em vista.

Acerca da pedreira do Monte das Flores, esclareceu que ela se situa fora do perímetro da Freguesia da Tourega, pelo que o problema não lhe dizia respeito.

O Sr. Lino de Carvalho disse que o conteúdo do comunicado estava mal escrito e era irresponsável.

“Nós (PCP) somos favoráveis à política anunciada pelo Governo de eliminação das lixeiras a céu aberto e da sua substituição pelos aterros, e não quero crer que, neste caso, O PS de Évora não tenha a coragem para dar a cara e tenha dado instruções ao Sr. Presidente da J. F. de N.^a Sra. da Tourega para ser ele a fazê-lo. Portanto, é bom que nesta Assembleia os partidos se pronunciem sobre isto”, expressou de imediato.

Adiante, observou que tendo existido um debate público sobre a matéria e o parecer favorável da Direcção Regional do Ambiente para a edificação do aterro na herdade da Alfarrobeira, era oportuno que o Sr. Valverde informasse o colectivo sobre o texto do comunicado e em que é que se baseava para dizer que o Presidente da AMDÉ não queria o lixo no concelho dele, mas que queria levá-lo para o concelho de Évora e quais eram os estudos que dispunha para afirmar que os ventos iriam atirar os cheiros para cima da cidade.

“Isto são assuntos muitos sensíveis, que tocam com medos, com ignorâncias e com demagogias”, exprimiu mais à frente.

Para terminar e tendo presente uma parte da derradeira intervenção do Vereador Jorge Pinto, em que numa determinada reunião o Sr. Valverde terá, supostamente, declarado que iria fazer uma acção de protesto em torno desta questão como forma de pressionar a Câmara a disponibilizar apoios para a sua Freguesia, sugeriu que se demonstrasse a realidade destas palavras, através da respectiva acta, e, em caso afirmativo, que se fizesse a divulgação pública delas.

O Sr. Presidente colocou à consideração do plenário a necessidade de se renovar o período antes da ordem do dia por já se ter esgotado, não tendo havido reacções impeditivas de tal.

O Sr. José Simão proferiu que não podia haver aqui assuntos tabu, pelo que o Sr. J. Valverde tinha todo o direito de emitir os comunicados que entendesse, assumindo a responsabilidade por isso, e de dizer nesta Assembleia o que pensava.

Ao mesmo tempo, transmitiu não ter gostado das insinuações do Sr. L. de Carvalho, as quais classificou de «baixas», e muito menos do modo sobranceiro como se referiu à maneira como aquele eleito escreve, fazendo-o como sabe e pode, justificou.

No que concerne ao aterro, enunciou que por mais pareceres que o Ministério do Ambiente emitisse, tinha em ideia que poderiam existir alternativas para a sua localização, julgando que o espaço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

escolhido se encontra na zona de expansão da cidade, tendo solicitado ao Vereador J. Pinto que lhe confirmasse ou não esta dúvida.

Pensando que o que estava em causa eram 200 toneladas de lixo/dia e um investimento de 4 a 5 milhões de cts e como haviam sido anunciados 4 locais possíveis para a infra-estrutura em análise, o Sr. Silvino Alinho pediu ao Executivo que informasse quais eram os outros 3 lugares ventilados e perguntou se o parecer que a Direcção Regional do Ambiente fez foi a base da decisão da AMDÉ ou se a última palavra coube àquela Instituição.

Replicando à alocução do Sr. L. de Carvalho, o Sr. João Valverde acentuou que entendia que o interesse de o Sr. Presidente da AMDÉ em implantar o aterro em Évora era pura e simplesmente para afastá-lo da sua região, porque se assim não fosse e numa visão economicista, ele fixava-o lá, onde estão concentrados vários concelhos (Redondo, Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Alandroal e Reguengos).

Sobre a possibilidade de a infra-estrutura poder vir a provocar maus cheiros, realçou que ainda não lhe tinham provado o contrário, não deixando de revelar ter-se deslocado à D.R.A. onde fez valer a sua ideia, ao ponto de ter perguntado ao técnico se iria morar para uma casa próxima da supracitada, coisa que ele recusava.

Quanto ao arrazoadado do comunicado, fez notar que nunca andou à escola e que se tivesse estudado tanto como o Sr. L. de Carvalho, por certo que escreveria melhor. Contudo, sabe o que quer e o que faz falta à Freguesia de N.ª Sra. da Tourega.

Para fechar, noticiou nunca ter falado com elementos do PS sobre o tema.

O Sr. Lino de Carvalho, voltando a usar da palavra, acentuou que não se referira à forma da escrita mas sim ao conteúdo, não valendo a pena estar-se a fazer discursos em volta de coisas que não haviam sido ditas, porque interessava pegar nisso para não se aflorar as questões de fundo.

Acerca da afirmação grave produzida no comunicado pelo Sr. Valverde, relativamente à posição do Sr. Presidente da AMDÉ, declarou: *”o que veio dizer agora aqui foi que pensou que.....Então o Sr. pensou que.....e depois elabora um texto alarmista por tal. Com que fundamento ? Todos nós temos o dever de defender quem nos elege, mas quando utilizamos essas pessoas para actos irresponsáveis, não estamos a representar condignamente o mandato que nos foi conferido, que é o caso”*.

Para concluir, asseverou achar que a A. M. deveria continuar a acompanhar o processo e que se deveria pedir todas as informações possíveis do mesmo.

O Sr. Presidente comunicou ter-lhe ocorrido pedir à AMDÉ um memorando do processo e que agradecia qualquer alvitre sobre o tipo de acompanhamento a levar a cabo.

Tendo em conta as incertezas levantadas pelo Sr. J. Simão quanto à possibilidade de a urbe se expandir para os lados do bairro da Casinha, o Sr. António Foito explicou que o aterro se irá situar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

1 quilómetro e pouco da ponte do Pomarinho, a seguir ao Monte das Flores, pelo que talvez nem daqui a 100 anos o alargamento da cidade lá chegue.

Intervindo outra vez no debate, o Vereador Jorge Pinto especificou que durante 2 anos foram feitos vários estudos sobre o assunto, os quais indicaram as várias vantagens e inconvenientes das diferentes localizações, quer na óptica dos encargos financeiros, quer do ponto de vista ambiental, sendo de registar que este aspecto se sobrepôs àquele, tendo-se desde logo apurado que seria mais útil fazer o aterro em Évora, de molde a encurtar distâncias.

Depois, revelou que irá trazer a esta Assembleia um memorando sobre este conjunto de questões, onde o pareceres da DRARN demonstram o contrário daquilo que o Sr. Valverde acabara de dizer.

Adiante, citou que era curioso saber o que é que o Sr. Valverde fez aos editais que a A.M.D.É. lhe enviou para a Junta, a fim de serem afixados, para informação à população e para preparação da discussão pública.

No que toca à suposta atitude, numa reunião, do Sr. Valverde para tentar exercer pressão sobre a Câmara, explicitou que o caso se passou com o Vereador Almeida Henriques, o qual certamente iria confirmar os factos em futura reunião deste Órgão.

Para além do comunicado, o boletim informativo da J. F. da Tourega (um documento oficial) repete, mais ou menos, o teor do supramencionado, disse a seguir, não deixando de acrescentar: *“Daí que, Sr. Alferes, a si ou a outra pessoa qualquer, sabendo que está num estado de direito, será bom não fazer as afirmações que produziu, sobre a quem é que compete falar acerca de quê, quando prova as irresponsabilidades e a falta de verdade doutras pessoas”*.

Para ultimar e tendo presente que se tinha sugerido que talvez fosse benéfico fazer uma infra-estrutura de menor dimensão, fez sentir ao colectivo que a mesma terá uma vida útil de 15 anos, sendo preciso ter consciência que se estava a falar de ciclos demasiadamente curtos para investimentos tão pesados, com problemas que se reflectirão de forma gravosa no século XXI.

O Sr. José Simão manifestou o acordo do PS quanto à construção do aterro sanitário e que louvava o gesto de disponibilidade e de abertura da autarquia em receber os lixos doutros concelhos (11).

Em termos pessoais, reiterou as suas dúvidas sobre a localização, não valendo a pena, todavia, avançar com mais detalhes, porque o processo já se tinha tornado irreversível.

Reportando-se à derradeira dissertação do Vereador J. Pinto, o Sr. João Valverde repetiu que ninguém ainda lhe tinha provado que um aterro pode não ser pernicioso para as populações, pelo que enquanto não demonstrassem o contrário à J. F. da Tourega, esta iria continuar a lutar, na medida em que era isso que os eleitores diziam para fazer.

Paralelamente sublinhou que a Junta não era contra a implantação da infra-estrutura, desejando somente a sua localização noutra superfície, de maneira a prejudicar menos as pessoas.

Esgotadas as inscrições para debate, o Sr. Presidente deu por terminado o período antes da ordem do dia.



PONTO 1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA C.M.É.

O Sr. Presidente da CMÉ informou o plenário sobre as acções desenvolvidas pela edilidade nos meses de Setembro, Outubro e Novembro/99, tendo dado especial destaque ao esforço desenvolvido pelo Município em prol da organização das eleições para a Assembleia da República, à resposta dada pela população eborense às iniciativas levadas a cabo para ajudar o povo de Timor Leste, à visita dos Reis dos Belgas e ao conjunto de projectos do PROCOM.

Com respeito às actividades propriamente ditas, falou do programa «Viva a Rua», do projecto «Fábrica da Música», da realização da 4ª Assembleia Geral da Organização das Cidades Património Mundial, do festival «Air Show» e da Feira Aeronáutica de Portugal.

A outro nível, reportou-se à remodelação do edifício do Pátio do Salema, ao arranjo dos camarins do Teatro Garcia de Resende, à renovação dos pavimentos em várias freguesias urbanas, às obras efectuadas na Freguesia de S. Miguel de Machede, à construção da estrada entre S. Vicente de Valongo e a barragem do Monte Novo e ao início dos trabalhos do parque subterrâneo na Praça Joaquim António d'Aguiar.

Recordando que no passado dia 17 de Dezembro esta Assembleia tinha aprovado a criação da empresa SITE-EM, cujo estudo de viabilidade económica estima que o custo do parque de estacionamento subterrâneo do Jardim das Canas atinja os 200.000 cts, o Sr. Acácio Alferes deu a conhecer ter visto na imprensa que se prevê que o mesmo chegue aos 350.000 cts, pelo que interpelou a Vereação no sentido de saber se esta discrepância poderia influenciar ou não a viabilidade do projecto.

O Vereador Jorge Pinto elucidou que o Executivo sintetizou em 3 concursos autónomos grande parte das obras, que abrangem o PROCOM, algumas componentes do Fundo de Turismo e outras partes do PROSIURB, no que concerne aos financiamentos. Nesta 1ª fase, colocou-se, na prática, duas áreas de intervenção: o parque propriamente dito, que foi adjudicado por cerca de 200.000 cts, e a reformulação plena do Jardim das Canas, da Rua Cândido dos Reis e de outras artérias adjacentes, que foi atribuída por 150.000 cts.

Não querendo mais alguém usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou o 1º ponto da agenda.

PONTO 2 - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2000

O Sr. Presidente da Câmara desenvolveu uma extensa apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para 2000, baseando-se num documento distribuído no decorrer desta sessão, o qual se apensa a esta acta, dela fazendo parte integrante.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Acácio Alferes fez referência ao facto de a Câmara narrar, na introdução do P. A., à semelhança do ano transacto, que não conhece com exactidão qual irá ser o financiamento das comunidades e, como tal, se faltar o dinheiro as obras não se efectuarão, circunstância que o levou a observar: *“quando se faz um plano enumeram-se as obras e depois hierarquizam-se as acções. Se tivermos tanto fazemos até aqui e se tivermos mais tanto vamos executar até ali. Eu não consigo concretizar qual é o compromisso da edilidade, perante os municípios, nas suas realizações, porque o que falta vai ser sempre por culpa do Governo”*.

Adiante e a propósito de o Dr. Abílio Fernandes ter dito que se estabeleceu uma dinâmica de turismo forte em Évora, para o qual o Município contribuiu com uma boa parte, comentou não se perceber bem como é que a autarquia prevê uma verba, para o sector, inferior à do ano vigente, ou seja, calculou para 1999 484.661 cts e para 2000 orçamentou apenas 75.000 cts, dando-lhe impressão que a supracitada estava a travar o desenvolvimento que é imprimido pelos agentes económicos privados.

Na área da higiene também estabeleceu comparações, tendo avançado, para o efeito, com os seguintes números: para o corrente ano estavam previstos 232.000 cts num orçamento de 5.800.000 cts, enquanto para o próximo se calculou um montante de 211.000 cts num orçamento de 7.500.000 cts, passando-se de uma percentagem de 4% para uma de 2%..

Posteriormente deu relevo ao aspecto de se verificar uma diminuição, em valor absoluto e mais forte em percentagem, das quantias destinadas à acção social.

«*Há aqui uma questão grossa*», foi outra frase proferida pelo Sr. Presidente da Câmara, aludindo à realidade de estarem a **«estoirar pelas costuras»** os pavilhões desportivos da cidade. Para o Sr. Alferes esta situação é fruto da falta de planeamento, porque ela devia ter sido prevista há mais tempo.

Apesar de tudo, congratulou-se com o seguinte:

- As hipóteses de a cidade vir a ter gás natural, ainda que faseadamente;
- As possibilidades de as novas tecnologias entrarem em força na urbe;
- A ideia de edificação do pavilhão de congressos.

A nível pessoal, entendeu ser correcto que o Governo apoie financeiramente a construção da via de cintura.

Tendo presente que o Dr. Abílio Fernandes também falara na construção de uma auto-estrada entre Évora e Sines, o Sr. João Valverde perguntou se não estava previsto fazer-se uma ligação entre a mesma e a estrada de Alcáçovas.

O Sr. António Foito advogou ser imperioso dar-se continuidade à edificação da circular para a zona este-norte, sendo preciso, para tanto, a disponibilidade dos responsáveis da CCRA e dos eleitos do PS pelo círculo de Évora, não deixando de lembrar que foi difícil conseguir grande quantidade de dinheiro para se erigir as variantes ao Parque Industrial e à Lagril, a entrada desde o Évorahotel até à Porta do Raimundo e o troço entre a Porta de Aviz e a Porta da Lagoa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Relativamente às críticas do Sr. Alferes, acerca da falta de planeamento, colocou no ar as seguintes interrogações: *“Onde é que está a programação dos fundos comunitários do III QCA ? Como é que se pode planear se não houver numerário ?*

Para reforço da sua ideia adiantou: *“Se não forem criadas condições para que as verbas da União Europeia possam financiar o Município, não será possível efectuar obras. Não há milagres nem existem fábricas de fazer notas e moedas !*

Simultaneamente enunciou que Évora, aquando da realização das obras atrás relatadas, foi discriminada em relação a outras cidades, porque em Portalegre, por exemplo, o Estado assumiu e fez obra, e aqui a Câmara participou em 60 ou 70%, mas, mesmo assim, foram os valores comunitários que valeram à dita, deixando-a endividada nos anos seguintes.

Para finalizar, recordou que o PS prometeu, há 4 anos, que duplicaria os meios financeiros das autarquias sem nunca ter cumprido.

O Sr. Lino de Carvalho opinou que se estava perante um P.A. e um Orçamento ambiciosos, dependendo a sua concretização dos meios que vierem a ser disponibilizados para o Município.

Depois, fez questão de eleger, para os próximos anos, três grandes áreas de prioridades: higiene e limpeza públicas, o trânsito e o conjunto de infra-estruturas para as actividades económica, cultural, de lazer e do turismo.

Sobre a primeira, formulou as seguintes perguntas à Vereação:

- Independentemente do valor orçamentado, se não existiam outras cifras, noutras divisões, destinadas à aquisição de máquinas e viaturas ?
- No quadro da campanha de sensibilização que está a decorrer, se não estava prevista alguma alteração no sistema de contentores ?
- Se a distribuição gratuita de sacos normalizados estava confinada ao centro histórico ou se se estendia também a toda a área do concelho ?
- Se estava prevista alguma acção de sensibilização junto dos cidadãos (fornecimento de folhetos porta a porta, por exemplo) e das escolas ?
- E se haviam soluções alternativas para a recolha de lixo para este período festivo (o Natal), tendo em conta que os serviços estão encerrados por 3 ou 4 dias ?

Acerca da segunda, interrogou se já existiam alguns compromissos, por parte do Estado, quanto à inclusão no Plano Rodoviário Nacional dos necessários apoios para a circular externa à cidade ?

No âmbito da terceira e tendo presente que o Dr. Abílio Fernandes falara no pavilhão multi-usos e no pavilhão de congressos, inquiriu se também havia alguma promessa do Governo sobre a matéria e se já existiam verbas calculadas, neste Orçamento, para o projecto de requalificação do Rossio de S. Brás ?

À parte do atrás explanado e tendo verificado no Orçamento um montante de 15.000 cts destinado à Biblioteca Pública, perguntou se isto poderia ser entendido como a disponibilidade da Câmara, com a quantia que lhe compete, para levar a cabo o objectivo em causa ? E se o Executivo tinha algumas indicações em como o Governo iria satisfazer os compromissos assumidos, sobre as questões da BPÉ, já no próximo PIDDAC ?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Celino Silva transmitiu ter feito um exercício para tentar perceber se o P. A. para 2000 fugia à coerência de um conjunto de objectivos que a Câmara apresentou à A. M. no início do mandato, em 1998, ao ponto de ter comparado o peso relativo das verbas distribuídas à cidade, no que concerne àquilo a que foi chamado o objectivo 1, ou seja, melhorar o seu ambiente urbano.

Neste campo apurou que, em 98, o valor orçamentado era o de maior expressão, representando 35% do total das despesas de investimento, o mesmo acontecendo em 2000, embora significando 38, 3%, isto é, constata-se um ligeiro acréscimo.

“Em relação aos investimentos globais no conjunto das freguesias rurais, nós estamos perante um montante que é bastante mais do que o de 99 e o de 98 e mantém , mais ou menos, o mesmo peso relativo”, disse a dado passo.

No que respeita ao compromisso com o verde, designadamente nas questões ligadas ao ambiente urbano, notou haver uma quebra, tanto assim que em 98 se inscreveram, no Orçamento, um pouco mais de 300.000 cts, passando-se para 215.000 cts em 99 e para 211.000 cts em 2000, indo este abaixamento repercutir-se no funcionamento da actividade e na organização dos serviços, acrescentou.

Face à leitura acima descrita, o Sr. Celino adiantou que o P. A. merecia plena aceitação por parte da CDU.

Mais à frente e reportando-se aos problemas do trânsito intra-muros, defendeu que o mesmo só poderá ser combatido de 3 formas:

- Transferindo alguns serviços para fora do centro histórico;
- Pondo os transportes públicos a funcionar adequadamente;
- E criando-se parques de estacionamento suficientes e com boas condições, por forma a incentivar os condutores a utilizarem-nos com frequência.

Neste contexto, fez ver que os parque subterrâneos que estão previstos serem construídos dentro da urbe, irão ser um chamariz para as pessoas entrarem nela com as viaturas.

Sobre os reparos produzidos pelo Sr. Alferes, no que se refere ao tema do turismo, opinou que não havia desinvestimento nesta vertente, tanto assim que os documentos em apreço apontam para investimentos ligados à animação turística, à museologia, aos equipamentos e ao ambiente urbano da cidade velha, cujos montantes totalizam os 240.000 cts, contrariamente ao que se verificou em 98 e em 99, em que o valor dos investimentos, nos campos supra mencionados, se pautaram pelos 120.000 cts.

O Sr. Silvino Alinho afirmou que a leitura isolada deste Plano de Actividades suscita algumas dúvidas, porque é demasiado difuso quanto aos objectivos, ainda que eles sejam estruturantes, pensando terem-se perdido algumas questões, tais como: a intervenção social, o emprego, etc..

“Continuamos com os velhos problemas da iluminação. Évora, o centro histórico particularmente, é uma cidade às escuras”, exprimiu logo após.

De imediato focou «o compromisso com o verde», que era uma grande meta a alcançar em 98 e que para 2000 fica comprometido.

Por fim, perguntou à Administração Municipal quais foram os contributos dos vereadores da oposição para este P. A. ?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Depois de um breve intróito, o Sr. José Russo asseverou a certa altura: “*Eu diria que é o Plano de Actividades que, se calhar, é possível fazer. Mas eu gostava de saber o que é que fazem, por exemplo, as câmaras de Castro Verde, de Guimarães ou de Coimbra ? Como é que são os planos de actividades dessas autarquias ? Não serão assim ? Serão como ? Não vivem o mesmo problema que a Câmara de Évora ? Eu estou convencido que sim, necessariamente com algumas diferenças.*

Em termos mais objectivos, parece-me que estes instrumentos que nos são apresentados correspondem às inquietações e às apreensões do Município”.

O Sr. Estevão Bicho proferiu ter-se apercebido que as alocações dos oradores antecedentes se tinham baseado, de uma forma geral, na preocupação das grandes obras e projectos na cidade e nas freguesias urbanas, não tendo ouvido, praticamente, uma palavra alusiva às necessidades das freguesias rurais, pelo que fez questão de analisar alguns aspectos do P. A., referentes à Freguesia de Canaviais, a saber:

- Quanto ao apoio ao desenvolvimento económico, continua-se a não se prever a disponibilização de lotes para pequenas e médias empresas, coisa que algumas terras do concelho já beneficiaram, para mais existindo algumas indústrias a laborar clandestinamente junto à quinta do Pio e na quinta da Linguíça;
- Na intervenção social, constatou que não está perspectivada a localização dum terreno para o lar, considerando haver uma imprecisão que a breve trecho se resolverá, uma vez que já existe projecto para o efeito;
- na educação, verificou já ter sido composto o projecto para o jardim de infância, desejando que tal se concretize o mais rápido possível;
- na descentralização de pequenas obras para as escolas do 1º ciclo, deu a conhecer que irá requerer algumas no estabelecimento dos Canaviais;
- Na juventude, existe uma forte intenção de dinamizar e promover as associações juvenis, pelo que irá sugerir aos jovens da Freguesia para aproveitarem esta oportunidade;
- no fomento de infra-estruturas para as freguesias rurais, registou com agrado a programação da pavimentação da via para o Patão, bem como a iluminação de 3 ruas;
- No âmbito das redes de águas pluviais, mostrou-se satisfeito por se ir, finalmente, implementar o projecto técnico para colectores;
- Na rede de estradas e caminhos municipais, está agendada a conclusão da estrada da Chainha, com a repavimentação a norte e a possível ligação ao Louredo;
- Viu que há uma quantia destinada à construção de arruamentos e calçadas, indo a Freguesia de Canaviais ser também contemplada;
- No contexto dos parques infantis, não vislumbrou qualquer acção para o bairro em causa, pelo que alvitrou que tal fosse feito em conjunto com o jardim de infância;
- Não estando nada previsto em termos de habitação social, propôs que o terreno municipal entre o campo de futebol e a praça servisse para o efeito;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- No aspecto cultural, sugeriu que se descentralizasse alguns espectáculos do «Viva a Rua» por todas as freguesias;
- Nos equipamentos culturais, propôs que fosse dada ajuda à Casa do Povo, a fim de continuar a sua actividade;
- Acerca da rede de polidesportivos para as freguesias rurais, manifestou também agrado por se ir edificar tal equipamento nos Canaviais;
- No que concerne à higiene e limpeza públicas, realçou que é urgente o reforço dos contentores e a informação junto a eles;
- No que toca à sinalização vertical, alvitrou que se aproveitasse o arranjo das ruas para melhorar a mesma.

À semelhança da reunião anterior, fez sentir que era importante haver melhor informação dos horários e dos circuitos das carreiras urbanas e que deveria ser feita uma ligação mais correcta delas aos parques de estacionamento da cidade.

Para fechar, falou de um imóvel que está centrado dentro da urbe (a capela mortuária), que, na sua opinião, contribui muito para o aumento do tráfego automóvel, tendo pedido que se comesasse a estudar outras alternativas para evitar tal situação.

O Sr. José Simão qualificou o P. A. para 2000 o mais pobre dos últimos 6 anos, cuja introdução tenta justificar um Orçamento de 8.500.000 cts. Para ilustrar a sua ideia leu as seguintes frases: “*A iluminação pública, nos aspectos de manutenção e reforço, será levada a cabo nos moldes habituais*” (portanto, uma maneira simbólica e interessante de dizer que vamos continuar às escuras em boa parte da cidade, comentou) e “*O parque de máquinas verá a respectiva manutenção assegurada pelo serviço responsável*”.

Prosseguindo, frisou que dentro das questões pequenas, aquela que o mais sensibilizava e a que era mais criticável prendia-se com o trabalho extraordinário, na medida em que se prevê gastar 170.000 cts, simbolizando isto, mais ou menos, um salário de 100 cts para cem pessoas, incluindo encargos sociais, não deixando de interrogar: “*Não haverá outra forma de gerir os vastos e qualificados meios humanos sem o dispêndio de tantos recursos financeiros*” ?

Justificando, apresentou os seguintes exemplos:

- A Divisão de Manutenção Eléctrica prevê, para trabalho extraordinário, 42.000 cts e para reforço da iluminação pública do concelho 18.000 cts, cabendo ao centro histórico de Évora apenas 2.000 cts;
- A Divisão Sócio-Educativa calcula, para o mesmo, 3.500 cts e para equipamentos das escolas apenas 3.000 cts.

Adiante, sustentou haver uma contradição entre o P. A. e o Orçamento, no que concerne ao assunto dos fundos comunitários, dado que se diz, por um lado, que não se sabe que verbas vão estar disponíveis e, por outro, se calcula a inclusão de milhares de contos na parte das Receitas.

Logo após, fez saber que existe uma página na Internet, desde Outubro p. p., relativa ao P.O.R.A. e ao P.D.R. para o Alentejo (documentos oficiais aceites por Bruxelas), na qual se pode ler: «**O novo PORA terá, pelo menos, seis milhões de contos de FEDER**», «**Está prevista a regionalização do**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

PIDDAC», etc., pretendendo com isto assinalar que esta região vai, de facto, beneficiar com investimentos de largos milhões de contos.

De imediato afirmou: *“Se o Natal foi um teste ao novo esquema de recolha de lixo e higiene pública, talvez tenhamos começado mal”*.

Pelas razões expostas, anunciou que o PS se iria abster na votação deste ponto.

Voltando a usar da palavra e cingindo-se às teses explanadas pelo Sr. Celino, em relação ao trânsito, o Sr. Acácio Alferes manifestou a sua preocupação sobre o problema, sobretudo por causa do grande número de carros que entram diariamente na cidade (42.000), tendo chamado à atenção para a parte do P. A. que refere a quantidade de 2^{as} e 3^{as} viaturas pertencentes a residentes do centro histórico (mais de 900), pondo em equação se não seria útil realizar-se uma acção de sensibilização ou de organização com os supramencionados, porque não é com um parque subterrâneo de 120 lugares que se vai resolver a situação.

Aflorando novamente o tema da higiene, divulgou ter ido passar o Natal fora de Évora, tendo sido acordado no domingo (26.12.99) de manhã por um barulho estranho, ocasionado pela actividade dos trabalhadores municipais de Almada que andavam a limpar as ruas. Nesse mesmo dia foi buscar a sua cunhada ao Seixal para ir almoçar a casa do seu filho, tendo verificado que aquela localidade estava asseada às 11,00 horas, contrariamente ao que se constatava ontem perto da sua moradia, onde o lixo ainda estava por recolher, sendo de seu parecer que a edilidade deveria ter começado a campanha de sensibilização pela apresentação a esta Assembleia de um diagnóstico da situação actual e aquilo que se prevê efectuar a curto prazo.

A Sra D. Carmen Balesteros transmitiu não perceber o motivo pelo qual a Vereação só tinha orçamentado 15.000 cts para a B.P.É., uma vez que, em reuniões ocorridas, a mesma sempre tinha patenteado vontade de ajudar aquela Instituição com uma cifra superior.

Simultaneamente, evidenciou agrado pelo facto de se pretender efectuar um inventário de património cultural e etnológico e um inventário do património arqueológico, esperando que na próxima revisão do quadro de pessoal se se considere que não basta o Município possuir um arqueólogo sem qualquer auxiliar administrativo ou assistente do ramo, sem deixar de opinar que a 2^a acção acima designada será importante para evitar as destruições a que se assiste com frequência, conforme aconteceu há 15 dias no Monte dos Conqueiros, onde se dinamitou um conjunto monumental megalítico, talvez devido a desconhecimento do proprietário.

Por último, fazendo menção a um trabalho que vai ser produzido pela **Fundação Cultural**, designado por Foral Manuelino de Évora, perguntou ao Executivo se haviam outras iniciativas previstas serem levadas a cabo neste contexto.

Abordando a matéria mais criticada pelo Sr. J. Simão, o Sr. Celino Silva noticiou não ter tido tempo, desta vez, para fazer a comparação entre os valores do trabalho extraordinário e das remunerações permanentes, mas, extrapolando o corrente ano para o próximo, se calhar o peso dos 170.000 cts não era muito significativo, tanto assim que, em 99, os encargos com as horas extraordinárias representavam 10,8% do volume dos vencimentos fixos, não indo esta percentagem além dos 12% em 2000, na sua óptica.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

No que respeita ao ensino, salientou que se havia alguma coisa que vinha reforçada nas Despesas de Investimento, eram as verbas para apoio ao parque escolar e beneficiação de equipamentos sociais, coisa que exemplificou do seguinte modo: para a Divisão Sócio-Educativa registou-se, o ano transacto, uma projecção de 131.000 cts, passando agora para 207.000 cts.

Para concluir, cingindo-se a uma parte da sua anterior dissertação, esclareceu que não era contra os parques subterrâneos, considerando-os absolutamente necessários.

O Sr. João Valverde lamentou que a Junta de N.^a Sra. da Tourega fosse receber menos 200 cts relativamente a 99, o que somado ao índice de inflação vigente, representará uma perda de cerca de 500 cts.

Ao mesmo tempo, queixou-se por não estar programada, neste Plano de Actividades, a disponibilização de terrenos para habitação em Valverde, a fim de permitir o desenvolvimento da aldeia.

O Sr. José Piteira expressou estar contente pelo agendamento, no P. A., de algumas obras na Freguesia de N.^a Sra. de Machede, coisa que se repetir no próximo exercício, o mandato será terminado sem problemas de maior na dita. Nesta conformidade, deu especial relevo à estrada para S. Vicente de Valongo, orçada em mais de 100.000 cts, para servir 120 pessoas.

Respondendo às questões postas, o Vereador Jorge Pinto começou por fazê-lo no que se refere à área social. Assim, proclamou: *“Lançado que foi o Conselho Local de Acção Social, fomos pioneiros na sua concretização, no que respeita à ligação com as freguesias. No dia 15 de Dezembro ocorreu uma reunião com o Instituto de Desenvolvimento e Solidariedade, nesta cidade, para se aferir a 2.^a fase do seu plano, a vigorar de Janeiro a Outubro de 2000, coisa que o concelho de Évora fez entre Fevereiro e Dezembro do ano em curso, pelo que estamos avançados cerca de 10 meses”*.

Noutro âmbito, elucidou que a única receita certa e segura que este Plano contém (140.000 cts) provirá das transferências do Fundo de Coesão Municipal, podendo-se dizer que os 300.000 cts de venda de património autárquico resultam de uma pressão exercida por um largo número de municípios, que vivem em casas de habitação social arrendadas e que as gostariam de comprar, visto que não têm possibilidades de adquirir outras no mercado.

Sobre o apontamento do Sr. J. Simão, recordou que as autarquias fazem parte das Unidades de Gestão e dos Comitês de Acompanhamento. E enquanto noutras regiões os Comitês de acompanhamento discutiram o III Q.C.A., no Alentejo tal não sucedeu e nem sequer o documento foi distribuído a nenhum dos seus membros, apesar de ter sido solicitada, formalmente, cópia do mesmo ao Sr. Presidente da C.C.R..

Ainda neste domínio perguntou: *“Alguns dos senhores pode afiançar que no III QCA haverá financiamento para o parque escolar da responsabilidade das autarquias”* ? *“É que tal apoio não existiu no II Q.C.A.”*, explicou.

“Que garantias há, no Programa Cidades, que a Câmara de Évora venha a auferir financiamentos e em que medida para fazer a parte norte da via de cintura, que, por si só, custa cerca de milhão e meio de contos” ? *“E que garantias existem que a Administração Central, no mesmo programa, faça*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

a variante entre Estremoz e Beja, orçamentada em 2.600.000 cts” (interrogou a seguir) ? “Nós não conhecemos, com nenhum rigor, o III Q.C.A. e daí as incertezas”, sustentou.

No capítulo da higiene e limpeza, explicitou que no P. A., mais propriamente na Divisão de Manutenção Electrónica, consta a aquisição de 1 lava-contentores, 6 viaturas de lixo e 1 carro-grua, para recolhas selectivas, classificando isto como uma aposta pesada para o objectivo em vista.

Acerca da necessidade de fazer sair alguns serviços públicos do centro histórico (opinião defendida pelo Sr. Celino), de maneira a se tentar resolver os problemas de trânsito, frisou que o Ministério da Justiça teve uma atitude contrária a este objectivo, pois que decidiu instalar pesados tribunais num beco confinante com a Rua de Serpa Pinto, tanto mais que a edilidade está à espera, desde 1995, que a citada Instituição dê uma resposta sobre se aceita ou não adquirir um terreno municipal, junto à CCRA, para o efeito, preferindo o Governo pagar 4.000 cts de rendas, em vez de comprá-lo por um pouco mais de 100.000 cts.

“Todos nós estamos descontentes com a situação da recolha de lixo na época do Natal, mas, apesar de tudo, conseguimos uma redução de dia e meio no balanço final deste período festivo”, disse posteriormente.

Quanto às horas extraordinárias, clarificou que os serviços atrás enumerados consomem 1/3 do valor total das mesmas (45.000 cts), sendo as restantes gastas com a Divisão da Cultura e Desporto (que sustentam o «**Viva a Rua**» e as colectividades ao fim-de-semana), com a Divisão de Equipamento e Ambiente (que tem que aguentar grande parte do Verão nos sistemas de rega dos espaços verdes) e com a Divisão de Manutenção e Electromecânica.

Para terminar e no que toca ao Foral 2001, especificou que irá ser um vasto programa que se vai iniciar a partir do próximo ano, uma vez que se comemorará em 2001 o 500º aniversário da atribuição do foral a Évora.

Em aditamento às palavras do orador antecedente e tendo presente que tinham sido colocadas questões sobre os lotes nas freguesias rurais, o Sr. Presidente da CMÉ lembrou que já se tinha começado a revisão do Plano Director Municipal, a qual aponta, entre outras coisas, para o alargamento do limite urbano de cada uma delas, criando-se assim novos espaços para habitação.

No que toca ao projecto para o Rossio de S. Brás, informou que ele terá de passar pela respectiva elaboração e aprovação e pelo levantamento de um ónus de impedimento de construção, que decorre da defesa patrimonial da Igreja de S. Brás, prevendo-se que tal aconteça só em 2001.

Sobre a pergunta feita pelo Sr. Valverde, relacionada com a ligação de uma via à auto-estrada entre Évora e Sines, revelou que a edilidade pretende começar a edificação pela parte sul da cidade, indo o troço entroncar mais à frente no IP2, sendo interesse da BRISA que a junção seja feita antes para se pagar mais portagem.

Não se registando mais inscrições para debate, o Sr. Presidente pôs o 2º ponto da agenda à votação, que foi aprovado por maioria, com cinco abstenções.



PONTO 3 - ABONO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AO PESSOAL DIRIGENTE

O Vereador Jorge Pinto tornou claro que se propunha conferir um abono de despesas de representação aos directores de departamento e chefes de divisão em exercício na C.M.É., conforme o regime estabelecido no Despacho conjunto nº 625/99, de 31 de Agosto, sendo necessário, para o efeito, a autorização da Assembleia Municipal, nos termos do nº 4 do artº 14º do Decreto-Lei nº 514/99, cujos montantes estão descritos na respectiva certidão.

O Sr. José Simão argumentou que era da mais elementar justiça que os dirigentes do Poder Local passassem a usufruir as mesmas condições remuneratórias que os seus colegas do Poder Central, não fazendo sentido que a legislação não as tivesse criado logo à cabeça, sendo esta questão perfeitamente pacífica para o PS.

Não querendo mais alguém pronunciar-se sobre o 3º ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente colocou-o à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

PONTO 4 - ALTERAÇÃO A PARTE DO TEOR DO PONTO 3.3.5. DO P.U.É. (EDUCAÇÃO)

O Sr. Presidente recordou que, aquando da discussão do Plano de Urbanização, este assunto havia sido protelado, tendo sido constituído um grupo de trabalho para organizar e promover as alterações que se entendessem necessárias. Nesta conformidade, solicitou ao subscritor da carta enviada a si que prestasse as informações julgadas oportunas.

O Sr. Carlos Percheiro deu a conhecer que foram elencados um conjunto de pressupostos que se consideraram convenientes para subjazer à proposta que agora era trazida, entendendo o grupo de trabalho que:

- A Escola EB 2,3 de Santa Clara não deve albergar o 1º ciclo do ensino básico, preconizando-se a construção de um novo estabelecimento em local situado, preferencialmente, nos limites exteriores do centro histórico;
- Se admite como solução que a EB 2,3 das Pites possa, a título experimental, vir a incluir o 1º ciclo, sempre no respeito pela autonomia do próprio estabelecimento;
- A Escola da Malagueira, por existirem compromissos já assumidos, deve ser a única a reunir os 3 ciclos do ensino básico;
- As escolas secundárias de Évora (3) devem ser todas mantidas;
- Se deve intervir nas unidades do 1º ciclo, de molde a melhorar-se as condições de trabalho e a actividade pedagógica.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. José Simão reiterou as palavras do orador antecedente, não deixando de apresentar os seguintes apontamentos:

- Do levantamento que foi possível fazer, não se confirmaram os números catastróficos de declínio da frequência escolar que a equipa do Plano de Urbanização previa;
- Entendeu a comissão que o estudo provisório do Ministério da Educação sobre a Carta Escolar do Concelho de Évora deveria ser colocado como adenda, porque é um documento de diagnóstico, enquanto que a presente proposta é mais de conclusões.

Para finalizar, fez saber que constava um erro no ponto 5 da proposta, devendo-se substituir a palavra «**definidas**» pela expressão «**definitivas**».

Verificando não haver mais eleitos interessados em usar da palavra, o Sr. Presidente pôs o documento em apreço à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

PONTO 5 - REGULAMENTO (PROVISÓRIO) DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DOS CIDADÃOS DE ÉVORA

O Sr. Luís Bettencourt disponibilizou-se para apresentar o Regulamento em causa, devido à ausência do Sr. António Serrenho, tendo dito que o mesmo foi organizado a partir do Regulamento de Lisboa e do Decreto-Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, e que a composição do Conselho suscitou algumas reticências, devido ao seu elevado número, podendo isto ser um óbice ao seu funcionamento.

O Sr. Carlos Percheiro alvitrou que, no texto do art.º 9º, se pusesse um ponto final depois da palavra «**consenso**», em vez de uma vírgula.

Em virtude de mais nenhum membro ter demonstrado vontade em intervir, o Sr. Presidente colocou o Regulamento provisório à votação, com a alteração sugerida pelo Sr. C. Percheiro, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou aprovar em minuta os pontos 2, por maioria, e 3, por unanimidade, da ordem de trabalhos da presente acta, nos termos do n.º 1 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Face à ausência de público e não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente deu por terminada a sessão pelas duas horas e cinquenta minutos do dia seguinte, da qual e para constar se lavrou esta acta, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

Presidente - José Ferreira Nunes Bizarro

Constatada as ausências dos **1º e 2º Secretários**, Senhores Diamantino José Dias e António Joaquim G. R. Serrenho, respectivamente, o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Bernardino José Grilo da Silva e à Sra. D. Maria da Conceição Sarmento Couvinha para completarem a Mesa.

(Acta aprovada, na sessão de 29/09/00, por maioria, com 6 abstenções)